

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
Motivos de Reapresentação	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.321.025
Preferenciais	0
Total	4.321.025
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2014	Ordinária		0,56815
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2014	Dividendo	15/04/2014	Ordinária		0,16449
Reunião do Conselho de Administração	16/09/2014	Dividendo	16/09/2014	Ordinária		0,15181

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	921.731	948.406
1.01	Ativo Circulante	255.131	320.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	197.307	274.394
1.01.03	Contas a Receber	24.601	21.698
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.601	21.698
1.01.04	Estoques	356	474
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.720	793
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.451	768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.696	22.555
1.01.08.03	Outros	29.696	22.555
1.01.08.03.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	29.561	22.522
1.01.08.03.03	Outros Créditos	135	33
1.02	Ativo Não Circulante	666.600	627.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	316.823	297.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	50	13
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.627	7.946
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.627	7.946
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	305.059	289.261
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	305.059	289.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	87	104
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	87	104
1.02.03	Imobilizado	1.141	1.187
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.141	1.187
1.02.04	Intangível	348.636	329.213
1.02.04.01	Intangíveis	348.636	329.213
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	348.636	329.213

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	921.731	948.406
2.01	Passivo Circulante	60.362	60.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.138	4.576
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.138	4.576
2.01.02	Fornecedores	8.612	5.704
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.612	5.704
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	6.843	4.519
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	1.769	1.185
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.518	19.053
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.622	17.369
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.920	15.681
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.272	1.161
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	430	527
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.896	1.684
2.01.03.03.01	ISS	1.896	1.684
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	56	15.478
2.01.04.02	Debêntures	56	15.478
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	56	15.478
2.01.05	Outras Obrigações	12.714	10.101
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.967	1.160
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.156	893
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	811	267
2.01.05.02	Outros	10.747	8.941
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.041	1.763
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.684	7.177
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	22	1
2.01.06	Provisões	12.324	6.055
2.01.06.02	Outras Provisões	12.324	6.055
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	12.324	6.055
2.02	Passivo Não Circulante	694.356	686.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	598.439	597.871
2.02.01.02	Debêntures	598.439	597.871
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	598.439	597.871
2.02.02	Outras Obrigações	27.456	30.710
2.02.02.02	Outros	27.456	30.710
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	26.650	30.189
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	806	521
2.02.04	Provisões	68.461	57.995
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.083	2.298
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	855	813
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.228	1.485
2.02.04.02	Outras Provisões	66.378	55.697
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	65.651	55.003
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	727	694
2.03	Patrimônio Líquido	167.013	200.863
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04	Reservas de Lucros	58.861	92.711
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	37.230	71.080

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	111.094	296.125	96.412	260.352
3.01.01	Receita dos Serviços	111.094	296.125	96.412	260.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.010	-102.743	-28.343	-81.612
3.02.01	Custos dos Serviços	-42.010	-102.743	-28.343	-81.612
3.03	Resultado Bruto	69.084	193.382	68.069	178.740
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.396	-20.786	-4.169	-15.409
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.429	-20.866	-4.270	-15.657
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-6.677	-18.613	-3.776	-14.159
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-734	-2.159	-486	-1.432
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-18	-94	-8	-66
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33	80	101	248
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	33	80	101	248
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	61.688	172.596	63.900	163.331
3.06	Resultado Financeiro	-3.689	-10.824	-1.832	-6.863
3.06.01	Receitas Financeiras	16.909	47.284	8.550	21.324
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.598	-58.108	-10.382	-28.187
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	57.999	161.772	62.068	156.468
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.175	-52.908	-20.543	-50.899
3.08.01	Corrente	-20.802	-56.589	-21.783	-53.684
3.08.02	Diferido	1.627	3.681	1.240	2.785
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.824	108.864	41.525	105.569
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.824	108.864	41.525	105.569
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	8,99580	25,19400	9,61000	24,43000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	38.871	108.864	41.525	105.569
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.871	108.864	41.525	105.569

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	162.810	139.362
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.358	32.378
6.01.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-3.681	-2.785
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	12.733	13.014
6.01.01.03	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	19	36
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	2.084	2.691
6.01.01.05	Receitas c/ Juros s/ Empréstimos Partes Relacionadas	-26.911	-18.586
6.01.01.06	Receitas c/ Juros s/ Aplicações Vinculadas	0	-963
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0	101
6.01.01.08	Juros sobre debêntures	51.808	21.973
6.01.01.09	Resultado Financeiro s/ Ajuste a Valor Presente	3.152	1.711
6.01.01.10	Provisão p/ Rescos Cíveis e Trabalhistas	-25	1.042
6.01.01.11	Provisão p/ Manutenção em Rodovias	13.798	14.144
6.01.01.12	Receita com Faixa de Domínio	381	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	588	1.415
6.01.02.01	Estoques	118	59
6.01.02.02	Contas à Receber	-2.865	-5.371
6.01.02.03	Outros Créditos	-102	-276
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	3.109	3.012
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-683	-472
6.01.02.06	Fornecedores	-1.622	-990
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	807	-2
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	-234	1
6.01.02.09	Obrigações Sociais	562	973
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	47.281	48.724
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-45.722	-43.847
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	21	353
6.01.02.13	Credores pela Concessão	91	-323
6.01.02.14	Privilégio p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	-190	-461
6.01.02.15	Depósitos Judiciais	17	35
6.01.03	Outros	108.864	105.569
6.01.03.01	Lucro Líquido do Período	108.864	105.569
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.498	-6.637
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-249	-465
6.02.02	Aquisição de Intangível	-27.212	-8.245
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-37	-61.704
6.02.04	Resgates Sobre Aplicações Financeiras Vinculadas	0	63.777
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-212.399	-138.261
6.03.02	Pagamentos de Principal de Empréstimos	0	-2.644
6.03.03	Pagamento de Juros de Empréstimos	0	-110
6.03.05	Pagamentos de Principal de Debêntures	0	-107.278
6.03.06	Pagamento de Juros de Debêntures	-66.662	-21.553
6.03.07	Pagamento de Dividendos	-136.680	0
6.03.08	Pagamento de Juros de Capital Próprio	-3.850	-1.810
6.03.09	Pagamento de Credores pela Concessão	-5.207	-4.866

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-77.087	-5.536
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274.394	31.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	197.307	26.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-71.080	-71.634	0	-142.714
5.04.06	Dividendos	0	0	-71.080	-65.600	0	-136.680
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.034	0	-6.034
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	108.864	0	108.864
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	108.864	0	108.864
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	37.230	0	167.013

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.586	0	-6.586
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.586	0	-6.586
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.569	0	105.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	105.569	0	105.569
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	98.983	-98.983	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	181.533	0	0	289.685

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	321.344	284.239
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	285.800	270.753
7.01.02	Outras Receitas	35.544	13.486
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	31.927	10.155
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.617	3.331
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-85.740	-63.840
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.930	-19.603
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.774	-1.605
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	79	247
7.02.04	Outros	-63.115	-42.879
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-31.927	-10.155
7.02.04.02	Custo da Concessão	-7.238	-10.159
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-23.950	-22.565
7.03	Valor Adicionado Bruto	235.604	220.399
7.04	Retenções	-12.733	-13.014
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.733	-13.014
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	222.871	207.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.284	21.324
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	47.284	21.324
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	270.155	228.709
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	270.155	228.709
7.08.01	Pessoal	21.671	18.089
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.889	13.237
7.08.01.02	Benefícios	4.404	3.817
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.378	1.035
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.968	78.382
7.08.02.01	Federais	67.466	64.614
7.08.02.02	Estaduais	52	50
7.08.02.03	Municipais	14.450	13.718
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.652	26.670
7.08.03.01	Juros	52.865	23.772
7.08.03.02	Aluguéis	1.523	1.188
7.08.03.03	Outras	3.264	1.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	108.864	105.568
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	6.586
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.864	98.982



Araras, 5 de novembro de 2014 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2014, período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- No 3T14 o tráfego pedagiado foi de 17,2 milhões veículos equivalentes apresentando um recuo de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do momento econômico pelo qual o Brasil está passando, com desaceleração nos principais indicadores de renda, emprego, produção.

Receita:

- No 3T14 a Intervias S/A obteve uma receita bruta de R\$120,0 milhões, apresentando um aumento de R\$14,8 milhões relação ao 3T13 houve um aumento na receita de 14,4%. A receita de obras no 2T14 ficou R\$8,3 milhões maior em relação ao 2T13. A receita de pedágio cresceu 5,6% em relação ao 2T13, devido principalmente a cobrança de eixos suspensos citado anteriormente.

Custos e Despesas Operacionais:

- No 3T14, os custos e despesas operacionais tiveram um aumento de 61,3% em relação ao 3T13. O aumento de R\$17,0 milhões se deu em virtude principalmente de:
 - (i) Aumento pelos custos de serviço construção em R\$13,7 milhões 377,1% referente a obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi – da SP-157 que foi incluída em maio de 2014 no cronograma do contrato de concessão e também pelas despesas administrativas em R\$2,9 milhões em função do novo critério de rateio aprovado pela

Comentário do Desempenho

Holding com efeito retroativo a janeiro de 2014, excluindo o custo de serviço de construção os custos e despesas aumentaram 13,7%. Em relação ao 3T14 houve uma retração de R\$6,8 milhões 18,1% em função das razões apresentadas.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e o EBITDA ajustado no 3T14 diminuíram (3,4%) e (2,8%) respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, em razão principalmente do aumento das receitas de pedágio pelo reajuste da tarifa ocorrido em Jul/14. Em relação ao 2T14, o EBITDA teve um aumento de 11,8% em razão principalmente da maior proporção do aumento das receitas de pedágio em 8,9% em relação aos custos e despesas (18,2%).

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo no 3T14 de R\$3,7 milhões, representando um aumento de 101,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principal fator o aumento das receitas financeiras em 97,8%, consequência dos saldos das aplicações financeiras que ficaram maiores em função da captação de R\$600 milhões de debêntures em dezembro de 2013, as despesas com juros relativos à emissão de debêntures pela Sociedade tiveram um aumento no valor de R\$10,2 milhões.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve um lucro de R\$38,8 milhões, apresentando uma diminuição de (6,5)% comparado ao 3T13, influenciado, principalmente, pelos pontos já citados anteriormente.

Endividamento:

- A Intervias encerrou o 3T14 com um endividamento bruto de R\$598,5 milhões contra R\$613,3 milhões no trimestre anterior. O aumento decorre principalmente dos juros acumulados do período referente as debêntures da 3 emissão (série CDI)^a .
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$358,4 milhões no 2T14 para R\$401,1 milhões no 3T14, apresentando um aumento de R\$42,7 milhões, que teve um fator principal a distribuição de dividendos adicionais em setembro de 2014 no valor de R\$65,6 milhões.

Comentário do Desempenho

Investimentos:

- Foram investidos R\$32,1 milhões no 3T14 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$10,9 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
Intervias	17.231.034	16.568.655	17.861.055	4,0%	-3,5%	49.996.959	48.167.126	3,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	120.020	105.452	105.250	13,8%	14,0%	321.344	284.239	13,1%
Recitas de pedágio	101.487	93.175	100.466	8,9%	1,0%	285.800	270.752	5,6%
Recitas de obras	17.306	11.118	3.627	55,7%	377,1%	31.927	10.155	214,4%
Recitas acessórias	1.227	1.159	1.157	5,9%	6,1%	3.617	3.332	8,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.926)	(8.257)	(8.838)	8,1%	1,0%	(25.219)	(23.887)	5,6%
RECBITA OPERACIONAL LÍQUIDA	111.094	97.195	96.412	14,3%	15,2%	296.125	260.352	13,7%
CUSTOS E DESPESAS	(44.805)	(37.908)	(27.776)	18,2%	61,3%	(110.777)	(84.007)	31,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.401)	(11.038)	(11.558)	3,3%	-1,4%	(34.280)	(36.133)	-5,1%
Custo dos serv. de construção	(17.306)	(11.118)	(3.627)	55,7%	377,1%	(31.927)	(10.155)	214,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.677)	(6.904)	(3.683)	-3,3%	81,3%	(18.447)	(13.903)	32,7%
Remuneração da administração	(734)	(932)	(486)	-21,2%	51,0%	(2.159)	(1.432)	50,8%
Despesas tributárias	(18)	(9)	(8)	100,0%	125,0%	(94)	(66)	42,4%
Provisão para manutenção em rodovias	(8.702)	(7.921)	(8.515)	9,9%	2,2%	(23.950)	(22.566)	6,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	33	14	101	135,7%	-67,3%	80	248	-67,7%
EBITDA	66.289	59.287	68.636	11,8%	-3,4%	185.348	176.345	5,1%
Margem EBITDA	59,7%	61,0%	71,2%			62,6%	67,7%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(4.601)	(4.123)	(4.736)	11,6%	-2,9%	(12.752)	(13.014)	-2,0%
Depreciação de imobilizado	(83)	(82)	(93)	1,2%	-10,8%	(249)	(256)	-2,7%
Amortização do intangível	(4.518)	(4.041)	(4.643)	11,8%	-2,7%	(12.503)	(12.758)	-2,0%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(3.689)	(3.264)	(1.832)	13,0%	101,4%	(10.824)	(6.863)	57,7%
Receitas financeiras	16.909	15.105	8.550	11,9%	97,8%	47.284	21.324	121,7%
Despesas financeiras	(20.598)	(18.369)	(10.382)	12,1%	98,4%	(58.108)	(28.187)	106,2%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	57.999	51.900	62.068	11,8%	-6,6%	161.772	156.468	3,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(19.175)	(16.951)	(20.543)	13,1%	-6,7%	(52.908)	(50.899)	3,9%
Corrente	(20.802)	(18.130)	(21.783)	14,7%	-4,5%	(56.589)	(53.684)	5,4%
Diferido	1.627	1.179	1.240	38,0%	31,2%	3.681	2.785	32,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	38.824	34.949	41.525	11,1%	-6,5%	108.864	105.569	3,1%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T14	2T14	3T13	Var% 3T14/2T14	Var% 3T14/3T13	9M14	9M13	Var% 9M14/9M13
EBITDA	66.289	59.287	68.636	11,8%	-3,4%	185.348	176.345	5,1%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.702	7.921	8.515	9,9%	2,2%	23.950	22.566	6,1%
EBITDA Ajustado	74.991	67.208	77.151	11,6%	-2,8%	209.298	198.911	5,2%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 de setembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014. .

2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$ 469.206 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$282.138 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os

Notas Explicativas

valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	12.818	6.249
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>12.324</u>	<u>6.055</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(494)</u>	<u>(194)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.872	7.440
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>7.684</u>	<u>7.177</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(188)</u>	<u>(263)</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	863	863
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>727</u>	<u>694</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(136)</u>	<u>(169)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	77.195	66.351
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>65.651</u>	<u>55.003</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(11.544)</u>	<u>(11.348)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	31.108	35.864
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>26.650</u>	<u>30.189</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.458)</u>	<u>(5.675)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.083	1.346
Aplicações financeiras (*)	<u>196.224</u>	<u>273.048</u>
Total	<u>197.307</u>	<u>274.394</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	4.190	3.918
Fundos de investimentos	<u>192.034</u>	<u>269.130</u>
Total	<u>196.224</u>	<u>273.048</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 102,75% (entre 100,5 e 105,0%) da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	24.123	21.254
Cupons de pedágio a receber	<u>478</u>	<u>444</u>
Total	<u>24.601</u>	<u>21.698</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 22c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a).	2.083	2.298
Provisão de participação nos resultados	1.293	-
Direito de concessão incorporado (b)	(17.471)	(18.453)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Provisão para manutenção	77.975	61.058
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(22.740)	(13.155)
Ajuste dos encargos financeiros	(6.944)	(8.377)
Base de cálculo	<u>34.196</u>	<u>23.371</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11.627</u>	<u>7.946</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	
2015 (após setembro)	1.950
2016	965
2017	965
2018	965
Após 2019	<u>6.782</u>
	<u>11.627</u>

Notas Explicativas**8. IMOBILIZADO**

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	3.611	84	3.695
Adições	<u>202</u>	-	<u>202</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>3.813</u>	<u>84</u>	<u>3.897</u>
 <u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2013	(2.479)	(29)	(2.508)
Depreciações	(236)	(12)	(248)
Saldo em 30.09.2014	<u>(2.715)</u>	<u>(41)</u>	<u>(2.756)</u>
 <u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2013	1.132	55	1.187
Saldo em 30.09.2014	1.098	43	1.141
Taxas de depreciação - %	20%	20%	20%

Notas Explicativas**9. INTANGÍVEL**

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2013	619.782	28.434	60.152	2.303	1.962	712.633
Adições	17.895	-	-	264	13.768	31.927
Transferências/Reclassificações	1.973	-	-	-	(1.973)	-
Alienações/baixas	<u>(103)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(104)</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>639.547</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.566</u>	<u>13.757</u>	<u>744.456</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(336.548)	(14.648)	(31.563)	(661)	-	(383.420)
Amortizações	(10.847)	(525)	(1.090)	(23)	-	(12.485)
Alienações/baixas	<u>85</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85</u>
Saldo em 30.09.2014	<u>(347.310)</u>	<u>(15.173)</u>	<u>(32.653)</u>	<u>(684)</u>	<u>-</u>	<u>(395.820)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	283.234	13.786	28.589	1.642	1.962	329.213
Saldo em 30.09.2014	292.237	13.261	27.499	1.882	13.757	348.636
Taxas anuais de amortização - %	5,26%	5,26%	5,26%	5,26%	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

Notas Explicativas**10. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.09.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
3ª emissão (a)	<u>60.000</u>	CDI + 1,09% a.a.	Setembro/2018	<u>812</u>	<u>600.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
Custo de transação				<u>(756)</u>	<u>(1.561)</u>	<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>
Total				56	598.439	15.478	597.871

(a) 3ª emissão de debêntures emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 30 de setembro de 2014 de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
3ª Emissão	25.09.2013	600.000	07.10.13	601.805

A remuneração das debêntures da 3ª série é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e serão amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	197.423
2017	197.423
2018	<u>203.593</u>
	<u>598.439</u>

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e adiantamento de debêntures", arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.

Notas Explicativas

2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuo Arteris S.A. (d)	29.561	22.485
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)		33
Latina Manutenção (a)	-	4
Total	<u>29.561</u>	<u>22.522</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuo Arteris S.A. (d)	305.059	289.261
Total	<u>305.059</u>	<u>289.261</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	808	267
Autovias S.A.	3	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	1.003	550
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>153</u>	<u>343</u>
Total	<u>1.967</u>	<u>1.160</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	3.041	1.763
Total	<u>5.008</u>	<u>2.923</u>

Período de Nove Meses

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>			<u>30.09.2013</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (b) e (d)	-	26.911	6.699	-	18.586	816
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	9.471	-	-	5.281	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>2.307</u>	-	-	<u>1.366</u>	-	-
Total	<u>11.778</u>	<u>26.911</u>	<u>6.699</u>	<u>6.647</u>	<u>18.586</u>	<u>816</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	Trimestre					
	30.09.2014			30.09.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A. (b) e (d)	-	9.762	2.584	-	7.132	391
Latina						
Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	3.128	-	-	1.769	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	<u>379</u>	-	-	<u>638</u>	-	-
Total	<u>3.507</u>	<u>9.762</u>	<u>2.584</u>	<u>2.407</u>	<u>7.132</u>	<u>391</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
20.08.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	29.053	24.332
18.09.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	97.000	68.888	57.548
04.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.338	4.427
17.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>52.000</u>	<u>34.340</u>	<u>28.439</u>
			<u>197.000</u>	<u>137.619</u>	<u>114.746</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$2.159 (R\$1.432 em 30 de setembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Notas Explicativas

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.293 e R\$1.596.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas**12. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de renda	12.408	10.941
Contribuição social	5.512	4.740
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	264	338
Programa de integração social-PIS	226	207
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	1.046	954
Tributos federais retidos	166	189
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.896</u>	<u>1.684</u>
Total	<u>21.518</u>	<u>19.053</u>

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 30 de setembro de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o

Notas Explicativas

Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 4,67% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga	7.067	6.640	7.255	6.903
Parcela variável (a)/(b)	<u>617</u>	<u>537</u>	<u>617</u>	<u>537</u>
Total	<u>7.684</u>	<u>7.177</u>	<u>7.872</u>	<u>7.440</u>

<u>Não Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga	<u>26.650</u>	<u>30.189</u>	<u>31.108</u>	<u>35.864</u>
Total	<u>26.650</u>	<u>30.189</u>	<u>31.108</u>	<u>35.864</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 30 de setembro de 2014 está assim representada:

Notas Explicativas

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	52	64

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 30 de setembro de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$10.270 (R\$5.196 de parcela fixa e R\$5.074 de parcela variável).

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015 (após setembro)	1.794
2016	7.178
2017	7.178
2018	7.178
Após 2019	<u>7.780</u>
	<u>31.108</u>

14. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	1.485	203	(301)	(159)	1.228
Trabalhistas	<u>813</u>	<u>317</u>	<u>(244)</u>	<u>(31)</u>	<u>855</u>
Total	<u>2.298</u>	<u>520</u>	<u>(545)</u>	<u>(190)</u>	<u>2.083</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais

Notas Explicativas

processos representam os montantes de R\$1.013 e R\$1.052, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$944 e R\$439 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	6.055	55.003	694
Adições	-	17.138	-
Utilizações	(3.340)	-	-
Ajuste a valor presente	-	3.119	33
Transferências	<u>9.609</u>	<u>(9.609)</u>	<u>-</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>12.324</u>	<u>65.651</u>	<u>727</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$10.918 (R\$15.103 em 31 de dezembro de 2013).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Notas Explicativas

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 30 de setembro de 2014, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$71.080, pagos em abril de 2014 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 15 de setembro de 2014 a sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2014 no montante de R\$65.600, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 16 de setembro de 2014.

Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.129, líquido de R\$905, referente ao imposto de renda retido na fonte, dos quais R\$2.087 foram pagos em 01 de abril de 2014.

Notas Explicativas**16. RECEITAS**

Estão representadas por:

	30.09.2014		30.09.2013	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	101.487	285.800	100.466	270.752
Receita de serviços de construção	17.306	31.927	3.627	10.155
Outras receitas	<u>1.227</u>	<u>3.617</u>	<u>1.157</u>	<u>3.332</u>
	<u>120.020</u>	<u>321.344</u>	<u>105.250</u>	<u>284.239</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2014		30.09.2013	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	120.020	321.344	105.250	284.239
ISSQN	(5.107)	(14.450)	(5.056)	(13.683)
PIS	(681)	(1.919)	(673)	(1.817)
COFINS	<u>(3.138)</u>	<u>(8.850)</u>	<u>(3.109)</u>	<u>(8.387)</u>
Receita líquida	<u>111.094</u>	<u>296.125</u>	<u>96.412</u>	<u>260.352</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2014		30.09.2013	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custo de construção	17.306	31.927	3.627	10.155
Com pessoal	4.887	14.098	4.612	13.710
Serviços de terceiros	288	864	265	793
Depreciação / amortização	4.518	12.484	4.643	12.758
Custos com poder concedente	1.823	5.153	1.796	7.468
Seguros / garantias	21	62	24	70
Conservação	2.913	9.374	3.242	9.374
Provisão de manutenção em rodovias	8.702	23.950	8.515	22.566
Outros	<u>1.552</u>	<u>4.831</u>	<u>1.619</u>	<u>4.718</u>
Total	<u>42.010</u>	<u>102.743</u>	<u>28.343</u>	<u>81.612</u>

Notas Explicativas

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	3.006	8.784	1.885	5.868
Serviços de terceiros	1.499	3.396	911	2.341
Depreciação / amortização	83	249	93	256
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(89)	(25)	(403)	582
Seguros / garantias	483	1.284	360	1.090
Transportes	430	1.430	63	193
Consumo	565	1.745	428	1.165
Outros	<u>700</u>	<u>1.750</u>	<u>439</u>	<u>2.664</u>
Total	<u>6.677</u>	<u>18.613</u>	<u>3.776</u>	<u>14.159</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	9.762	26.911	7.132	18.586
Aplicações financeiras	7.147	20.356	741	2.061
Outras receitas	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>677</u>	<u>677</u>
Total receitas	<u>16.909</u>	<u>47.284</u>	<u>8.550</u>	<u>21.324</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(18.590)	(51.684)	(8.158)	(22.761)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(569)	(2.085)	(1.055)	(2.691)
Ajuste a valor presente	(1.072)	(3.152)	(761)	(1.711)
Outras despesas	<u>(367)</u>	<u>(1.187)</u>	<u>(408)</u>	<u>(1.024)</u>
Total despesas	<u>(20.598)</u>	<u>(58.108)</u>	<u>(10.382)</u>	<u>(28.187)</u>

Notas Explicativas**19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	4.668	3.420
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	3.041	1.461

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.998	161.771	62.069	156.469
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(19.719)	(55.002)	(21.103)	(53.199)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	542	2.051	539	2.240
Outros ajustes	<u>2</u>	<u>43</u>	<u>21</u>	<u>60</u>
Despesa contabilizada	<u>(19.175)</u>	<u>(52.908)</u>	<u>(20.543)</u>	<u>(50.899)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(20.802)	(56.589)	(21.783)	(53.684)
Diferidos	1.627	3.681	1.240	2.785

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

21. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro do período	38.824	108.864	41.525	105.569
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>	<u>4.321</u>
Lucro por ação	<u>8,984</u>	<u>25,194</u>	<u>9,610</u>	<u>24,431</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	197.307	274.394
Aplicações Financeiras	50	13
Partes relacionadas	334.620	311.783
Contas a receber clientes	24.601	21.698
Outras contas a receber	222	137
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	8.612	5.704
Debêntures	598.495	613.349
Partes relacionadas	5.008	2.923
Credores pela concessão	34.334	37.366
Outras contas a pagar	22	1

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,005%	18,00%
Juros a Incorrer(*)	(76.177)	(93.004)	(59.125)	(109.614)
Receita de aplicações Financeiras	23.782	29.728	17.837	35.674
Receita financeira de mútuo	29.374	35.926	22.749	42.406
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(23.021)</u>	<u>(27.350)</u>	<u>(18.539)</u>	<u>(31.534)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$23.678 e R\$20.990, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

No decorrer do exercício de 2013, entraram em operação as empresas DBtrans Autopresso e Conectcar, também atuando na modalidade de

Notas Explicativas

cobrança pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, sendo os seus saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$168 e R\$116, respectivamente, registrados na rubrica "Contas a receber".

Na rubrica "Contas a receber", ainda temos as modalidades de recebimento de receitas de pedágio via cupons através da DBtrans S/A, cujos saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são de R\$478 e R\$444, respectivamente. Existe também o recebimento de pedágio via cartão VISA, sendo os saldos em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$277 e R\$148, respectivamente.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	12,08	67.106	70.062	269.207	268.350	274.062	948.787
Outorga	3,48	<u>7.016</u>	<u>7.390</u>	<u>7.749</u>	<u>8.267</u>	<u>17.779</u>	<u>48.201</u>
Total		<u>74.122</u>	<u>77.452</u>	<u>276.956</u>	<u>276.617</u>	<u>291.841</u>	<u>996.988</u>

Notas Explicativas

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

24. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*) Responsabilidade civil	180.000 21.000
Garantia: (*) Por sinistro	Garantia de execução do contrato de concessão	160.272

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Araras, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Dalton Guerra Lage

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração de Nota explicativa